

HABEAS CORPUS Nº 492.646 - SP (2019/0038031-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : **MICHAEL PAIXAO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **MICHAEL PAIXÃO DOS SANTOS - SP385475**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ALEXANDRE LUTZ DA SILVA (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ALEXANDRE LUTZ DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2250908-19.2018.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática dos delitos tipificados no art. 33, caput, da lei 11.343.06, à pena de 6 anos de reclusão, bem como ao pagamento de 600 dias-multa (tráfico de entorpecentes); e no art. 35 da referida lei, à pena de 4 anos de reclusão, bem como ao pagamento de 800 dias-multa (associação para o tráfico), no regime inicial fechado, negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - PRETENDIDO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP - Inexiste constrangimento ilegal em decisão que decreta a prisão preventiva ou em sentença que denega o direito de recorrer em liberdade, diante da demonstração da materialidade do delito e da existência de indícios da autoria, fundamentada em fatos concretos indicadores da real necessidade da prisão cautelar do Paciente. Ordem denegada (fls. 84).

No presente *mandamus*, alega ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente justificada, em afronta ao art. 93, IX, da Constituição Federal.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, se for o caso com aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator